

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 990.722 - PR (2016/0255108-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : MARCOS BATTISTI ARCHER
ADVOGADOS : HEBER GOMES DA SILVA - PR005777
HEBER MARCELO GOMES DA SILVA E OUTRO(S) - PR021814
LILIANE CHRISTINA DA SILVA ZAPONI - PR019963
REQUERIDO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES E OUTRO(S) - SP098709
RICARDO TOSTO DE OLIVEIRA CARVALHO - SP103650
RODRIGO CASTOR DE MATTOS - PR036994
ZANON DE PAULA BARROS - RJ018329
INTERES. : REGINA CELIA BAGGIO

DECISÃO

Cuida-se de petição (fls. 2984-2982, e-STJ), manejada por MARCOS BATTISTI ARCHER, em face do acórdão de fls. 2964-2970, e-STJ, da lavra deste signatário, que conheceu do agravo interno e negou-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 2962, e-STJ):

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO CONDENATÓRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA.

1. Não há falar em ofensa ao art. 535 do CPC/73 relativamente à validade da tutela antecipada que determinou a baixa das restrições do nome do agravante junto ao banco ora agravado, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. Quanto ao conteúdo normativo do art. 520 do CPC/15 - efeitos do recurso de apelação-, a ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do questionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ.

Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

Irresignado, o agravante insurge-se contra a conclusão do acórdão no sentido de que não houve omissão no julgado proferido pelo Tribunal estadual. Repisa as alegações feitas em sede de recurso especial relativas à negação indevida e à validade da tutela antecipada concedida nos autos nº 364/04 e, por fim, aduz que com o advento do CPC/15 não seria mais possível a reprodução ou remissão aos termos da decisão monocrática de mérito para fins de fundamentação do voto de manutenção no agravo interno daí interposto.

Requer, por fim, "a manifestação desse E. STJ sobre as questões

Superior Tribunal de Justiça

apresentadas, proferindo-se nova decisão, por ser de direito e merecida justiça".

É o relatório.

Decido.

A presente petição não merece sequer conhecimento.

1. Registre-se que o presente pleito não se insere no rol de recursos do artigo 994 do CPC/2015, pelo que não constitui meio judicial adequado para impugnar o acórdão de fls. 2964-2970, e-STJ.

2. Do exposto, não conheço do pedido formulado às fls. 2984-2982, e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Após o transcurso do prazo recursal, dê-se baixa dos autos.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator